

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL
UNIDADE PORTO ALEGRE
BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO – GESTÃO PÚBLICA

KARINA SILVA CHASSOT

O FUNCIONAMENTO DA PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR NO BRASIL

PORTO ALEGRE
2019

KARINA SILVA CHASSOT

O FUNCIONAMENTO DA PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR NO BRASIL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Administração pela Universidade Estadual do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Letizia Garcia

PORTO ALEGRE

2019

RESUMO

A crescente mudança que está ocorrendo na previdência social acaba por levar muitas pessoas a buscarem novas alternativas de como se prevenir para o futuro, dentre elas está a previdência complementar. Este trabalho teve como objetivo analisar planos de previdência complementar aberta e fechada no Brasil, resgatando-se o funcionamento da previdência privada no país, a legislação existente e características exemplificadas de planos de previdência complementar aberta e fechada. Para atender a esse objetivo, este estudo teve caráter qualitativo-exploratório, estando baseada em pesquisa bibliográfica e documental. Na previdência complementar aberta, qualquer pessoa pode contratar um plano junto a um banco; já na previdência complementar fechada, somente funcionários ou associados de determinada instituição podem aderir ao plano dessa instituição. Constatou-se que mais mulheres investem em planos de previdência complementar aberta e mais homens investem nos planos fechados. Observa-se também que a primeira legislação sobre o tema surgiu na década de 1990 e a mais recente é de 2001. Além disso, analisaram-se características do plano fechado Precaver da Unicred (cooperativa de crédito) e do aberto do banco Santander, do que se identificaram como principais diferenças, para além dos contratantes possíveis, as taxas de administração e também o benefício da complementação por parte da cooperativa de crédito do valor investido pelo contratante do plano fechado.

Palavras-chave: previdência complementar; aposentadoria privada; plano de previdência complementar aberta; plano de previdência complementar fechada.

ABSTRACT

The growing change that is taking place in social security eventually leads many people to seek new alternatives on how to prevent for the future, among them there is the complementary social security. This paper aimed to analyze open and closed supplementary pension plans in Brazil, recovering the functioning of private pension in the country, the existing legislation and exemplified characteristics of open and closed supplementary pension plans. To meet this objective, this study was qualitative and exploratory, based on bibliographic and documentary research. In open supplementary pension, anyone can contract a plan with a bank; in closed supplementary pension, only employees or associates of a certain institution can join the plan of that institution. It was found that more women invest in open supplementary pension plans and more men invest in closed plans. It is also noted that the first legislation on the subject appeared in the 1990s and the most recent is from 2001. In addition, characteristics of Unicred's (credit cooperative) Precaver closed supplementary pension plan and Santander Bank's open supplementary pension plan were analyzed, from what the main differences were identified as, apart from the possible contractors, management fees and also the benefit of complementation by the cooperative of the amount invested by the closed plan contractor.

Key Words: supplementary pension; private retirement; open supplementary pension plan; closed supplementary pension plan.

AGRADECIMENTO

Agradeço, acima de tudo, a Deus, por me ajudar e me dar forças nos momentos mais difíceis que passei ao elaborar este trabalho de conclusão de curso, aos meus amigos, familiares e colegas de trabalho, que sempre me motivaram e não deixaram de acreditar no meu potencial.

Aos professores do curso de Administração – Gestão Pública, que sempre me apoiaram em todos os momentos.

Ao Prof. Dr. Ricardo Letizia Garcia, o qual me acolheu com tanto carinho e disponibilidade no primeiro momento mais delicado que é elaboração do TCC1.

À minha amiga e orientadora Prof.^a Ma. Caroline Duschitz, por ter me acolhido com muito amor, carinho, paciência e motivação neste segundo momento do TCC2, sempre me mostrando que sou capaz de enfrentar qualquer desafio que venha pela frente, aos mestres o meu muito obrigada.

Os meus sinceros agradecimentos a todas as pessoas que de alguma forma contribuíram para a realização deste sonho.

*“A vida é um constante recomeço.
Não se dê por derrotado e siga adiante.
As pedras que hoje atrapalham sua
caminhada amanhã enfeitarão sua
estrada”.*

(Desconhecido)

LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

CF	Constituição Federal
CNSP	Conselho Nacional de Seguros Privados
EAPC	Entidades Abertas de Previdência Complementar
EFPC	Entidades Fechadas de Previdência Complementar
MPS	Ministério da Previdência Social
PREVIC	Superintendência Nacional de Previdência Complementar
SUSEP	Superintendência de Seguros Privados
PGBL	Plano Gerador de Benefícios Livres
VGBL	Vida Gerador de Benefício Livre
IR	Imposto de Renda
IOF	Imposto Sobre Operações Financeiras

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Evolução da Quantidade de Contratos de Previdência Complementar Aberta e Fechada	12
Figura 2 - Composição da Estrutura Previdenciária Complementar	19
Figura 3 - Relação das Entidades Abertas e Fechadas de Previdência Complementar	19
Figura 4 - Percentual da População total de EAPC por gênero	21
Figura 5 - Evolução da População das EAPC	21
Figura 6 - Composição dos Planos de Benefícios das EFPC por Modalidade.....	23
Figura 7 – Percentual da População total de EFPC por gênero	24
Figura 8 - Evolução da população das Entidades Fechadas de Previdência Complementar	24
Figura 9 - Enquadramento dos Limites de Alocação por Ativos Aplicados para o Perfil Renda Fixa.....	35
Figura 10 - Enquadramento dos Limites de Alocação por Ativos Aplicados para o Perfil Quanta	36
Figura 11 - Enquadramento dos Limites de Alocação por Ativos Aplicados para o Perfil Renda Variável	37
 Quadro 1 - Resumo sobre as Legislações acerca de Previdência Complementar no Brasil	 32

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Tabela Progressiva de Imposto de Renda	25
Tabela 2 - Ranking dos 15 maiores planos	38

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
1.1 OBJETIVOS	13
1.1.1 Objetivo Geral	13
1.1.2 Objetivos Específicos	13
1.2 JUSTIFICATIVA DA PESQUISA	13
2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	15
3 A PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR NO BRASIL	17
3.1 FUNCIONAMENTO DA PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR NO BRASIL	17
3.2 TIPOS DE PLANOS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR.....	18
3.2.1 Planos de Previdência Complementar Abertos	20
3.2.2 Planos de Previdência Complementar Fechados	22
4 ARCABOUÇO JURÍDICO	27
4.1 PRIMEIRAS LEGISLAÇÕES	27
4.2 LEGISLAÇÃO ATUAL	28
5 COMPARAÇÃO DE PLANOS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR.....	33
5.1 QUANTA PREVIDÊNCIA	33
5.1.1 Plano Precaver – Unicred	34
5.1.2 Fases do Plano	38
5.2 SANTANDER	39
5.2.1 Previdência Privada Santander	39
5.3 DIFERENÇAS ENTRE OS PLANOS FECHADO E ABERTO ANALISADOS	
.....	40
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	42
REFERÊNCIAS.....	44

1 INTRODUÇÃO

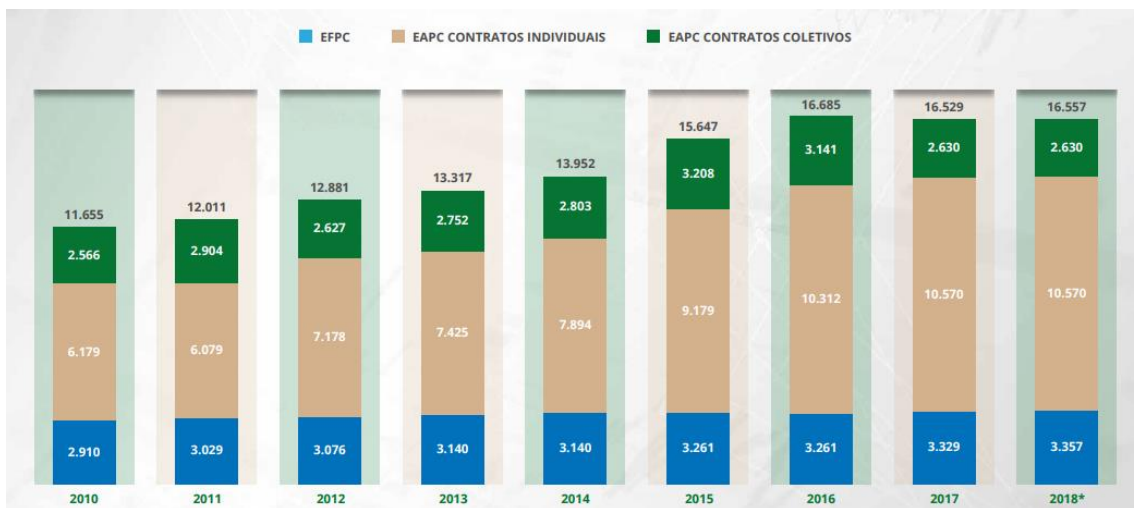
A Previdência Social no Brasil está sendo um tema de grande relevância nesses últimos meses, sendo pauta principal da agenda política do atual governo e, conseqüentemente, vem ganhando um enorme espaço no mundo financeiro, na mídia e nas discussões da sociedade.

A previdência social é um sistema que traz um benefício garantido pelo governo e de direito a todo cidadão que trabalha. O trabalhador na ativa recolhe um valor mensal para que, após o período de contribuição, tenha o direito de receber este valor, seja na forma de aposentadoria ou caso ocorra algum problema de saúde no percurso laboral que impossibilite de exercer as atividades (LAPORTA, 2019).

Com o aumento da expectativa de vida, pela primeira vez há mais idosos no mundo do que crianças pequenas, o Brasil enfrenta uma redução drástica no crescimento populacional, não estamos mais tendo crianças suficientes nascendo e o Brasil está se tornando um país velho, com mais pessoas idosas do que jovens. Esta pauta é de uma relevância extrema, pois não teremos mais tantas pessoas economicamente ativas para as pessoas que irão se aposentar e novamente a conta não fecha (BBC NEWS BRASIL, 2019).

Devido a este cenário de poucas contribuições para muitos beneficiários de aposentadoria, houve, nos últimos meses, um aumento na procura e contratação de planos de previdência complementar, conforme Figura 1.

Figura 1 - Evolução da Quantidade de Contratos de Previdência Complementar Aberta e Fechada



Fonte: Brasil (2019).

A Figura 1 apresenta a evolução da quantidade de contratos realizados no Brasil de previdência privada, baseada em um período de oito anos, iniciando em 2010 e finalizando no ano de 2018. Pode-se observar que, neste período, se obteve um crescimento para os todos os tipos de previdência complementar (fechadas, abertas individuais e abertas coletivas), sendo mais significativo o crescimento dos contratos individuais de previdência complementar aberta, começando com a emissão de 6.179 contatos em 2010 e chegando a 10.570 contratos ao final do ano de 2018, o que representa um avanço de 71,06%.

Tem-se observado que a população está preocupada com qualidade de vida, mais sustentável e saudável, após seu período de contribuição como força de trabalho (BBC NEWS BRASIL, 2019). Devido a esta preocupação, está ocorrendo um aumento significativo de emissão de contratos, tanto para os planos abertos de previdência complementar, quanto para os planos fechados de previdência complementar. As pessoas realmente estão observando todo este contexto de mudanças, tanto na economia quanto na reforma da previdência social, e baseadas nesse cenário, estão buscando alternativa para que consigam manter o seu “padrão” de vida social após o período laboral. Pensando no bem-estar da população, o mercado de previdência complementar vem oferecendo alternativas, com diversos planos.

Segundo Chiavenato (2009), o mercado oferece três tipos básico de investimentos a longo prazo voltados à complementação de aposentadoria:

1) Previdência Privada Tradicional Aberta ou Fechada, 2) Fundo de Aposentadoria Programa Individual (FAPI) e 3) Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL).

Dada essa contextualização, questiona-se como questão-problema da pesquisa: **como são os planos atuais de previdência complementar no Brasil?** Para a concretização desta pesquisa, optou-se por discutir acerca dos tipos de planos de previdência complementar existentes no Brasil e o regramento legislativo pertinente a eles, além de analisar comparativamente planos de previdência privada abertos e fechados.

1.1 OBJETIVOS

Para responder à questão-problema, foram delimitados os seguintes objetivos de pesquisa:

1.1.1 Objetivo Geral

Descrever planos de previdência complementar aberta e fechada.

1.1.2 Objetivos Específicos

- a) Discutir o funcionamento da previdência privada no Brasil;
- b) Apresentar a legislação pertinente;
- c) Apresentar características de planos de previdência complementar aberta e fechada.

1.2 JUSTIFICATIVA DA PESQUISA

Este tema de pesquisa foi escolhido pela constatação da intensificação da crise relacionada à previdência social. Esta pesquisa justifica-se pelo fato de que a palavra “aposentadoria” foi ressignificada, as pessoas estão levando uma vida mais saudável, estão tendo acesso aos avanços da medicina e, em consequência disso, a expectativa de vida está aumentando. No Brasil, assim como em diversos lugares do mundo, há mais pessoas idosas do que jovens, o que faz com que haja um desequilíbrio nas contas para pagamento de aposentadoria, uma vez que a contribuição de quem está

na ativa serve como pagamento de quem já está aposentado; tendo a base da pirâmide se invertido (menos jovens e aumento do número de idosos), a população produtiva é menor do que os inativos, as finanças ficam desequilibradas, por isso a preocupação de tantos políticos, mídia e sociedade sobre o assunto e o despertar de interesse para os planos de previdência complementar como forma de garantir um sustento e/ou garantir o mesmo patamar de vida para a aposentadoria futura.

O presente trabalho traz a ideia de como se dá o funcionamento e o entendimento dos segmentos aberto e fechado de previdência complementar bem como o amparo legal destes planos. Ainda, pela perspectiva do meio acadêmico, é um tema de grande relevância e importância e merece ser discutido e aprofundado.

Com o aumento da repercussão que a reforma da previdência social está tendo, está motivando as seguradoras desse nicho a fazerem uma maior divulgação desses planos de previdência complementar, mostrando mais preocupação com seus assegurados e lembrando da importância de aderir a um dos planos para se ter uma vida mais tranquila após o período produtivo.

Considerando-se as características do tema delimitado, esta pesquisa baseou-se em análise bibliográfica e documental. Além desta introdução, o trabalho contempla também: no Capítulo 2, os procedimentos metodológicos executados para consecução da pesquisa; no Capítulo 3, discutem-se questões acerca do funcionamento da previdência complementar no Brasil; o Capítulo 4 traz o arcabouço jurídico para entendimento das regras sobre previdência complementar; o Capítulo 5 compara características de planos de previdência complementar aberta e fechada; já no Capítulo 6 apresentam-se as considerações finais. Por fim, apresentam-se as referências bibliográficas consultadas.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo será apresentada a trajetória metodológica percorrida para a elaboração desta pesquisa. Esta pesquisa caracteriza-se por sua natureza qualitativa e abordagem exploratória.

Na pesquisa qualitativa, o cientista é ao mesmo tempo o sujeito e o objeto de suas pesquisas. O desenvolvimento da pesquisa é imprevisível. O conhecimento do pesquisador é parcial e limitado. O objetivo da amostra é de produzir informações aprofundadas e ilustrativas: seja ela pequena ou grande, o que importa é que ela seja capaz de produzir novas informações (DESLAURIERS, 1991, p. 58).

De acordo com Gil (2002, p. 41), a pesquisa exploratória “tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito, ou a construir hipóteses”. Cervo e Bervian (2002, p. 69) asseguram que “a pesquisa exploratória realiza descrições precisas da situação e quer descobrir as relações existentes entre os elementos componentes da mesma”.

Para o primeiro objetivo específico (a) Discutir a evolução da previdência privada no Brasil), utilizou-se como coleta de dados a técnica de pesquisa bibliográfica.

Segundo Cervo e Bervian (1983, p. 55), a pesquisa bibliográfica caracteriza-se da seguinte forma:

A pesquisa bibliográfica procura explicar um problema a partir de referências teóricas publicadas em documentos. Pode ser realizada independente ou como parte da pesquisa descritiva ou experimental. Em ambos os casos, buscar conhecer e analisar as contribuições culturais ou científicas do passado existentes sobre um determinado assunto, tema ou problema [...].

Para a pesquisa bibliográfica, utilizaram-se os livros “A lei básica da previdência complementar”, de Wladimir Novaes Filho, de 2001 e “Previdência Privada”, de Voltare Giavarina Marensi, de 1979.

Para a consecução dos segundo e terceiro objetivos específicos (b) Apresentar a legislação pertinente e c) Comparar planos de previdência complementar, abertos e fechados), organizou-se pesquisa documental.

Para Fonseca (2002), a pesquisa documental caracteriza conforme abaixo:

A pesquisa documental trilha os mesmos caminhos da pesquisa bibliográfica, não sendo fácil por vezes distingui-las. A pesquisa bibliográfica utiliza fontes

constituídas por material já elaborado, constituído basicamente por livros e artigos científicos localizados em bibliotecas. A pesquisa documental recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão, etc. (FONSECA, 2002, p. 32).

Nesta pesquisa, foram pesquisados e analisados sites de algumas instituições como o da Quanta Previdência, PREVIC, SUSEP, Previdência, Santander, Precaver e do Senado Federal. Também foram utilizados relatórios da ABRAPP (Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar) e do Ministério da Economia – Secretaria Especial de Previdência e Trabalho.

Para a análise de dados, utilizou-se a análise de conteúdo, que segundo Moraes (1999, p. 9) é interpretada da seguinte forma:

A análise de conteúdo constitui uma metodologia de pesquisa usada para descrever e interpretar o conteúdo de toda classe de documentos e textos. Essa análise, conduzindo a descrições sistemáticas, qualitativa ou quantitativa, ajuda a reinterpretar as mensagens e atingir uma compreensão de seus significados num nível que vai além de uma leitura comum. Como método de investigação, a análise de conteúdo compreende procedimentos especiais para o processamento de dados científicos. É uma ferramenta, um guia prático para a ação, sempre renovada em função dos problemas cada vez mais diversificados que se propõe a investigar.

As categorias de análise foram definidas *a priori*, tendo como base os objetivos específicos traçados nesta pesquisa. As categorias de comparação dos planos de previdência complementar foram extraídas do livro “Remuneração, Benefícios e Relações de Trabalho” de Chiavenato, de 2009, e pesquisas nos sites da PREVIC e SUSEP.

3 A PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR NO BRASIL

Neste capítulo serão apresentados aspectos teóricos sobre previdência complementar, abordando-se o funcionamento da previdência complementar e distinguindo-se os tipos de planos de previdência complementar abertos e fechados no país.

3.1 FUNCIONAMENTO DA PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR NO BRASIL

A previdência no Brasil é constituída por três regimes distintos: o Regime Geral de Previdência Social (RGPS), o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) e o Regime de Previdência Complementar. Cada regime possui suas legislações e normas que regulamentam o seu funcionamento, conforme site da Secretaria de Previdência do Ministério da Economia (BRASIL, 2015, s/p):

Regime Geral – Benefícios da Previdência Social (art. 201, CF/88), o Regime Geral de Previdência Social (RGPS) tem suas políticas elaboradas pelo Ministério da Previdência Social (MPS) e executadas pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), autarquia federal a ele vinculada. Este Regime possui caráter contributivo e de filiação obrigatória. Dentre os contribuintes, encontram-se os empregadores, empregados assalariados, domésticos, autônomos, contribuintes individuais e trabalhadores rurais.

Regime Próprio – Servidores Públicos (art. 40, CF/88), o Regime de Previdência dos Servidores Públicos, denominado Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) tem suas políticas elaboradas e executadas pelo Ministério da Previdência Social (MPS). Neste Regime, é compulsório para o servidor público do ente federativo que o tenha instituído, com teto e subtelos definidos pela Emenda Constitucional nº 41/2003. Excluem-se deste grupo os empregados das empresas públicas, os agentes políticos, servidores temporários e detentores de cargos de confiança, todos filiados obrigatórios ao Regime Geral.

Regime Complementar – Previdência Complementar (art. 202, CF/88), o Regime de Previdência Complementar (RPC) tem suas políticas elaboradas pelo Ministério da Previdência Social (MPS) e executadas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc). Este Regime é facultativo, organizado de forma autônoma ao RGPS. No Brasil, o RPC é organizado em dois segmentos: o segmento operado pelas entidades abertas – com acesso individual, e o segmento operado pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPCs, também conhecidas como fundos de pensão, que operam planos de benefícios destinados aos empregados de empresa ou grupo destas, denominadas patrocinadoras, bem como aos associados ou membros de associações, entidades de caráter profissional, classista ou setorial, denominados de instituidores.

A previdência complementar surgiu devido a uma necessidade, como forma de complementação ao benefício dos planos existentes. Nasceu com o crescimento dos institutos fechados de socorro mútuo e pensão, como é o caso da Previ-Caixa, que foi fundada no ano de 1904 e possuía a responsabilidade de administrar todos pagamentos de pensão de seus funcionários falecidos a seus familiares (BRASILPREV, 2018).

Foi somente no ano de 1977 que de fato se deu a regulamentação da previdência privada no Brasil. Segundo Voltaire (1979, p. 13), “o Governo Federal, por seu turno, nomeou a Comissão Interministerial para redigir um projeto que, submetido a Congresso Nacional, foi convertido na Lei nº 6.435 de 15/7/77”. Esta lei será discutida em capítulo subsequente. O crescimento da previdência privada ocorreu somente após 1990, com a instituição do Plano Real e o equilíbrio da moeda (BRASILPREV, 2018).

A previdência privada é de extrema relevância, para que todo cidadão consiga adquirir uma qualidade de vida melhor. “A instituição da Previdência Privada no Brasil reside, portanto, na conscientização da necessidade de complementar renda suficiente para, ao menos, manter o padrão de vida que o trabalhador fez por merecer” (VOLTAIRE, 1979, p. 10-11).

Embora se constate que a previdência privada está institucionalizada no Brasil há 42 anos, somente agora vem adquirindo maior relevância no mercado financeiro devido a toda instabilidade de previdência social brasileira, que gera como consequência a busca, por parte da sociedade, por novas alternativas para se ter um futuro melhor.

3.2 TIPOS DE PLANOS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

Existem dois segmentos de previdência complementar no Brasil: os planos fechados e abertos. Segundo Chiavenato (2005), os mesmos são definidos da seguinte maneira:

Planos abertos de previdência privada: oferecidos por seguradoras, instituições bancárias e nas organizações do setor de previdência. Para ter direito a uma renda vitalícia no futuro, o participante terá de fazer contribuições periódicas durante determinado tempo de contribuição. Há dois tipos de planos abertos: o de benefício definido (define-se antecipadamente o quanto o participante vai receber ao cabo de 25 ou 30 anos para então definir e calcular sua contribuição mensal) e o de

contribuição definida (o benefício é calculado em função do montante que o segurado acumulou em seu nome durante a fase de contribuição ao plano) [...] (CHIAVENATO, 2009, p. 128 e 129).

Planos fechados de previdência privada: tradicionais fundos de pensão oferecidos por organizações ou grupos econômicos para seus funcionários. Fundo fechado e criado especificamente para uma organização para constituir recursos para pagamento de complementação de aposentadoria de seus funcionários. As contribuições são rateadas entre a organização e os funcionários em proporções que variam em cada caso [...] (CHIAVENATO, 2009, p. 129).

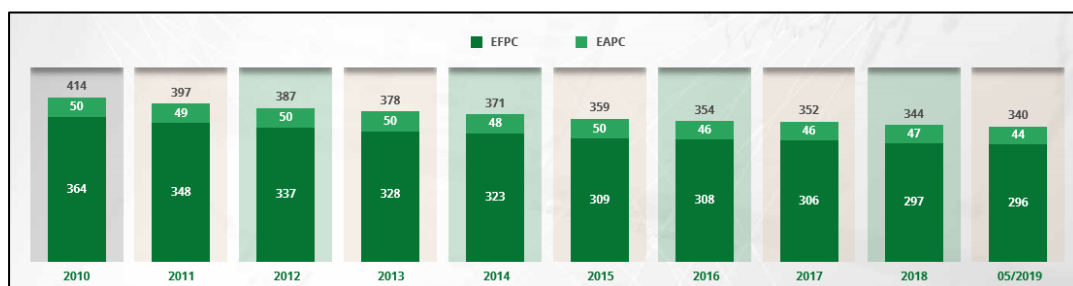
A Figura 2 apresenta a estrutura de previdência complementar no Brasil.

Figura 2 - Composição da Estrutura Previdenciária Complementar



Fonte: Futura II - Entidade de Previdência Complementar (2019)¹.

Figura 3 - Relação das Entidades Abertas e Fechadas de Previdência Complementar



Fonte: Brasil (2019).

¹ Futura II - Entidade de Previdência Complementar. **Previdência no Brasil**. 2019. Disponível em: <https://www.futuraprev.org.br/conteudo_pti.asp?idioma=0&conta=45&tipo=40769>. Acesso em 05 nov. 2019.

Com base na análise da Figura 3, percebe-se que, ao longo dos anos, houve um decréscimo no que se refere ao número de entidades abertas e fechadas de previdência complementar.

As próximas seções detalham os dois grandes tipos de planos de previdência complementar.

3.2.1 Planos de Previdência Complementar Abertos

Dentro do segmento de previdência complementar aberto, existem dois planos: o Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL) e o Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL). Chiavenato (2009, p. 129-130) os descreve da seguinte forma:

Plano gerador de benefício Livre (PGBL): opção de aposentadoria complementar oferecida no mercado. O participante adquire cotas de um fundo de investimento de longo prazo, mas não a periodicidade mínima de contribuição. É possível escolher o perfil da aplicação financeira que a ele for mais conveniente: conservadora, moderada ou regressiva. A carência para o resgate ou transferência termina a partir de 60 dias da aquisição e o participante pode escolher uma renda mensal vitalícia. O PGBL não tem garantia mínima de rentabilidade e o rendimento obtido é repassado integralmente para o cliente.

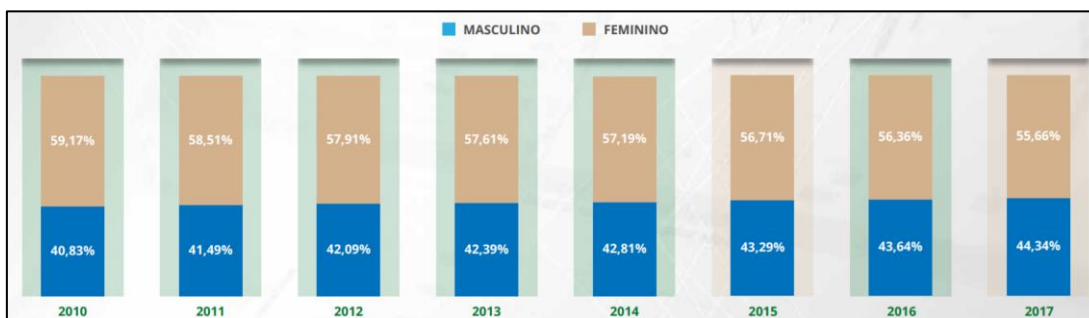
Vida gerador de benefício Livre (VGBL): o plano foi desenhado para pessoas que possuem um horizonte de investimentos de longo prazo. Permite a acumulação de recursos para o futuro e que podem ser resgatados na forma de renda mensal ou pagamento único a partir de uma data escolhida pelo participante. Durante o período de acumulação, os recursos aplicados estão isentos de tributação sobre os rendimentos. Somente no momento do recebimento de renda ou resgate é que haverá a incidência de imposto de renda, apenas sobre os rendimentos auferidos [...].

A administração dos planos de previdência complementar aberta é de responsabilidade da Superintendência de Seguros Privados (Susep), do Ministério da Fazenda.

A SUSEP é o órgão responsável pelo controle e fiscalização dos mercados de seguro, previdência privada aberta, capitalização e resseguro. Autarquia vinculada ao Ministério da Economia, foi criada pelo Decreto-lei nº 73, de 21 de novembro de 1966” (BRASIL, s/a).

A Figura 4 apresenta a população total que aderiu aos planos ofertados pelas Entidades Abertas de Previdência Complementar (EAPC) por gênero.

Figura 4 - Percentual da População total de EAPC por gênero



Fonte: Brasil, 2019.

Conforme figura 4, percebe-se que o público feminino adere mais do que o masculino à categoria de planos de previdência complementar abertos. Há pouca variação dos percentuais de cada gênero ao longo do tempo.

A Figura 5 apresenta dados do crescimento de contratos vinculados às Entidades Abertas de Previdência Complementar.

Figura 5 - Evolução da População das EAPC



Fonte: Brasil, 2019.

Conforme figura 5, mostra um crescimento significativo de contratos ativos de previdência complementar aberta, comparando-se desde o ano de 2010 até o final do ano de 2017. Não há alteração significativa quanto à quantidade de contratos vinculados a aposentados e pensionistas no período analisado.

No momento da contratação de um plano de previdência complementar aberta, a tributação do imposto de renda é definida na contratação, podendo ser regressiva ou progressiva. Não existe um modelo melhor que o outro, o que ocorre são vantagens e desvantagens dentro de cada um, dependendo do objetivo do investidor.

Tabela Regressiva Definitiva: nesse regime, as alíquotas de IR diminuem com o tempo, começando em 35% até chegar a 10%. Tanto no resgate e quanto no recebimento de renda, o Banco recolhe o IR para a Receita Federal, sem a necessidade de ajustes na Declaração Anual de Imposto de Renda.

Tabela Regressiva Definitiva: nesse regime, as alíquotas de IR diminuem com o tempo, começando em 35% até chegar a 10%. Tanto no resgate e quanto no recebimento de renda, o Banco recolhe o IR para a Receita Federal, sem a necessidade de ajustes na Declaração Anual de Imposto de Renda (SANTANDER, [201-?], s/p).

Além da incidência do imposto de renda (IR) em qualquer aplicação realizada, o investidor está sujeito a pagar a tributação chamada IOF (imposto sobre operações financeiras), que incide quando houver a retirada do valor aplicado no prazo inferior a 30 dias após o depósito. A partir do 30º dia, não ocorrerá a incidência de IOF no valor de desejar resgatar.

3.2.2 Planos de Previdência Complementar Fechados

Os planos de previdência complementar fechados são administrados e fiscalizados pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc).

A Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) é uma autarquia de natureza especial, dotada de autonomia administrativa e financeira e patrimônio próprio, vinculada ao Ministério da Fazenda, com sede e foro no Distrito Federal, tendo atuação em todo o território nacional como entidade de fiscalização e supervisão das atividades das entidades fechadas de previdência complementar e de execução das políticas para o regime de previdência complementar operado pelas referidas entidades (SECRETARIA DE PREVIDÊNCIA DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2015, s/p).

O plano fechado de previdência complementar, mais conhecidos como fundos de pensão, são compostos por três planos de benefícios: a contribuição definida (CD), benefício definido (BD) e contribuição variável (CV), conforme site da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (2017, s/p):

Contribuição definida (CD), neste tipo de plano, decide-se o tamanho da contribuição a ser efetuada ao plano, e o benefício do participante é definido no momento da aposentadoria, com base no montante de recursos que o participante tenha contribuído durante o período que trabalhou.

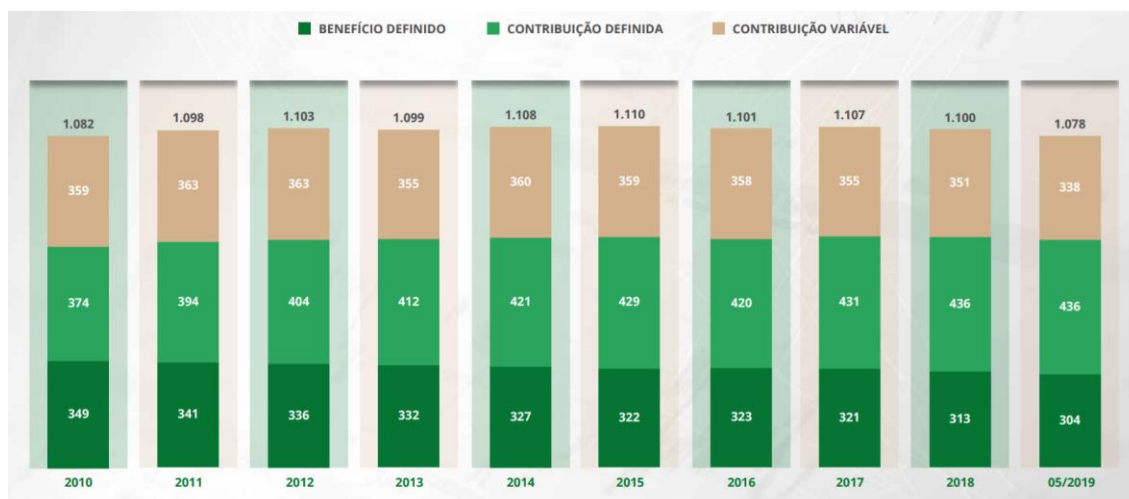
Benefício Definido (BD), neste tipo de plano, o valor do benefício do participante é decidido no momento de sua adesão e suas contribuições vão variar à medida de sua vida de trabalho para alcançarem o valor estipulado inicialmente.

Contribuição Variável (CV), nesta classificação entram aqueles planos que tem presentes características de ambos os tipos de planos citados acima. Trata-se de uma mistura entre contribuição e benefício definidos.

Pode-se observar que cada tipo de plano de previdência complementar fechado possui suas características próprias com diversas vantagens e a escolha do tipo de plano depende do perfil de investidor que os trabalhadores de uma determinada empresa possuem.

A Figura 6 apresenta a quantidade de planos de benefícios das Entidades Fechadas de Previdência Complementar por Modalidades.

Figura 6 - Composição dos Planos de Benefícios das EFPC por Modalidade



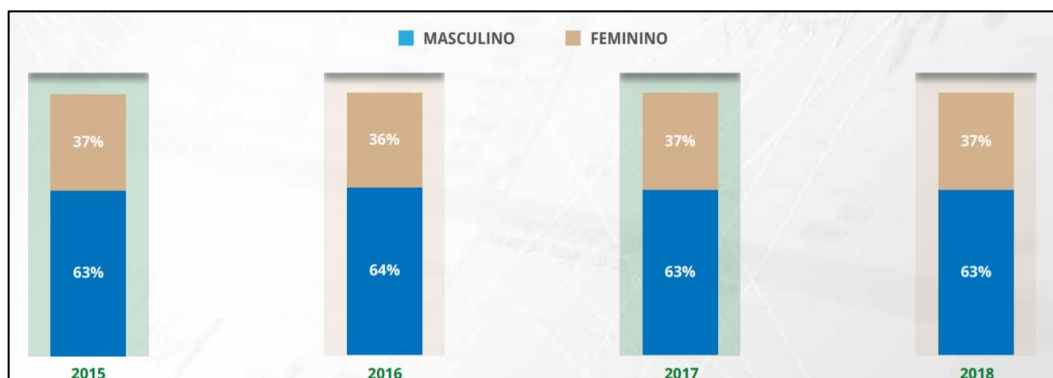
Fonte: Brasil (2019).

Conforme figura 6, verifica-se que o plano contribuição definida (CD) destaca-se pelo seu crescimento até o ano de 2015 e, em 2016, sofreu uma pequena queda, mas, em 2017 e 2018, teve novo crescimento e mantém-se estável até maio de 2019. Esta é a modalidade mais procurada pela população.

Observa-se que a modalidade de benefício definido (BD) tem tido uma queda de contratos no período analisado. Já a modalidade de previdência complementar fechada contribuição variável (CV) oscila durante o período, indicando queda no número de contratos nos últimos anos desde 2014.

A Figura 7 apresenta a população total de pessoas que aderiram a planos oferecidos pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar por gênero.

Figura 7– Percentual da População total de EFPC por gênero



Fonte: Brasil (2019).

Observa-se que o cenário muda um pouco quando se trata de entidades fechadas de previdência complementar. Pode-se depreender da Figura 7 que em torno de 63% dos contratos são de homens que aderem ao plano de previdência complementar fechado.

A Figura 8 apresenta a população que contrata planos das entidades fechadas de previdência complementar.

Figura 7 - Evolução da população das Entidades Fechadas de Previdência Complementar



Fonte: Brasil (2019).

Constata-se que houve um crescimento constante dos participantes ativos, ou seja, de pessoas que se mantêm ativamente contribuindo para sua aposentadoria privada dentro das Entidades Fechadas. Observa-se um pequeno crescimento da quantidade de aposentados que já estão recebendo seu benefício de previdência complementar e verifica-se a mesma situação para os pensionistas.

Sobre a previdência complementar fechada, incidem alguns impostos. A cobrança de imposto de renda (IR) ocorrerá no momento do resgate ou do recebimento do benefício. Isso significa que se o contratante contribuir por 30 anos

para um plano de previdência, esse valor ficará no plano sem a cobrança de IR durante todo esse período (PARMAIS, 2018).

O governo possui incentivos fiscais para quem possui previdência privada. Poderá ser escolhido no momento da contratação do plano qual o tipo de tributação que irá incidir quando ocorrer a retirada do recurso, sendo que existem duas tabelas de tributação: 1) a regressiva - quanto mais tempo deixar-se o investimento, menos imposto será pago, podendo chegar à menor alíquota que é 10%. No caso de já possuir outras fontes de renda quando ocorrer o recebimento do seu plano, as rendas não se somam, pois a tributação da tabela regressiva é realizada diretamente na fonte; 2) a progressiva, que utiliza mesma tabela de tributação que a Receita Federal aplica sobre os salários, cuja alíquota aumenta conforme o valor recebido de salário, nessa tabela, as pessoas que possuem um salário menor têm a possibilidade de isenção do imposto de renda, porém, se o salário for alto, pagará uma carga tributária maior.

Se durante o período de contribuição do plano, o contratante precisar resgatar algum valor de seu investimento, haverá a incidência de 15% de IR que a instituição financeira deve recolher. Ao realizar a declaração do seu imposto de renda, pode ser que ocorra uma complementação, vai depender do montante que vai gerar da sua renda bruta anual, que serve como base de cálculo para o IR, conforme se apresenta na Tabela 1.

Tabela 1 - Tabela Progressiva de Imposto de Renda

IR pago no resgate da Previdência	Alíquota de IR na Declaração Anual	Diferença que deve ser paga na Declaração Anual
15%>	27,5%	12.5%
15%	22.5%	7.5%
15%	15%	0%
15%	7.5%	Restituição de 7.5%
15%	Isento	Restituição de 15%

Fonte: Santander ([201-?d]).

Para a previdência complementar fechada, o governo permite abater as contribuições no imposto de renda no limite de até 12%, aumentando, assim, a restituição ou diminuindo o valor a pagar de imposto de renda (PARMAIS, 2018).

Contudo, há uma característica relacionada a planos de previdência complementar fechada que se deve atentar: as instituições que oferecem os planos

de previdência complementar fechado, mais conhecidos como fundos de pensão, quando for constatado fraude ou má gestão, poderão sim ser levadas à falência, ocasionando grandes riscos de perdas para os investidores que possuem investimentos (LEWGOY, 2016).

Para que os investidores não tenham riscos, é necessário realizar uma busca minuciosa sobre a instituição, procurar saber em quais os investimentos essas empresas realizam as aplicações. Caso ocorra alguma ação fraudulenta com os investimentos e for percebida pelo investidor, o mesmo não poderá reter o dinheiro perdido; mas, para não se ter mais perdas, poderá solicitar a portabilidade de seu plano para outra instituição que seja de sua confiança (LEWGOY, 2016).

O próximo capítulo apresenta a legislação pertinente a toda as opções de previdência complementar no Brasil.

4 ARCABOUÇO JURÍDICO

Nesta sessão expõe-se o embasamento legal acerca da previdência complementar, com as legislações fundamentais e normas que regem os planos de previdência complementar abertos e fechados.

Para que se tenha um bom funcionamento e todo amparo legal, verificou-se a necessidade de criar, dentro do ordenamento jurídico, uma lei específica a ser rigorosamente seguida, a qual dispõe todo o regramento das entidades de previdência complementar.

4.1 PRIMEIRAS LEGISLAÇÕES

A primeira lei de previdência complementar no Brasil surgiu em 15 de julho de 1977, a Lei 6.435, que dispunha sobre as entidades de previdência privada, e entre as relevantes definições estabeleceu: foco nas entidades e a separação da previdência em dois pontos, abertas e fechadas, conforme consta em seu Art. 8º (Entidades Abertas) e no Art. 34º (Entidades Fechadas). Em 1978, veio a criação do Decreto 81.240/78 (Entidades fechadas), com a inserção de algumas melhorias e complementação de informações, como no artigo 31º do referido decreto, inciso IV, estabelecendo a idade mínima de 55 anos para a aposentadoria. Tivemos também a criação do Decreto 81.402/78 (Entidades abertas), conforme Art. 7º, que estabelece que é de inteira responsabilidade do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP – a atividade de órgão normativo, e no Art. 8º à Superintendência de Seguros Privados – SUSEP – a atividade de órgão executivo e fiscalizador. Mais adiante, já no final da década de 1990, ocorreu o surgimento da Emenda Constitucional Nº 20, de 15 de dezembro de 1998, que modifica o sistema de previdência social, estabelece normas de transição e dá outras providências, obteve-se uma nova redação no art. 202 da Constituição Federal (CF) de 1988 conforme abaixo:

Art. 202 - O regime de previdência privada, de caráter complementar e organizado de forma autônoma em relação ao regime geral de previdência social, será facultativo, baseado na constituição de reservas que garantam o benefício contratado, e regulado por lei complementar.

§ 1º - A lei complementar de que trata este artigo assegurará ao participante de planos de benefícios de entidades de previdência privada o pleno acesso às informações relativas à gestão de seus respectivos planos.

§ 2º - As contribuições do empregador, os benefícios e as condições contratuais previstas nos estatutos, regulamentos e planos de benefícios das entidades de previdência privada não integram o contrato de trabalho dos participantes, assim como, à exceção dos benefícios concedidos, não integram a remuneração dos participantes, nos termos da lei.

§ 3º - É vedado o aporte de recursos a entidade de previdência privada pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, suas autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista e outras entidades públicas, salvo na qualidade de patrocinador, situação na qual, em hipótese alguma, sua contribuição normal poderá exceder a do segurado.

§ 4º - Lei complementar disciplinará a relação entre a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, inclusive suas autarquias, fundações, sociedades de economia mista e empresas controladas direta ou indiretamente, enquanto patrocinadoras de entidades fechadas de previdência privada, e suas respectivas entidades fechadas de previdência privada.

§ 5º - A lei complementar de que trata o parágrafo anterior aplicar-se-á, no que couber, às empresas privadas permissionárias ou concessionárias de prestação de serviços públicos, quando patrocinadoras de entidades fechadas de previdência privada.

§ 6º - A lei complementar a que se refere o § 4º deste artigo estabelecerá os requisitos para a designação dos membros das diretorias das entidades fechadas de previdência privada e disciplinará a inserção dos participantes nos colegiados e instâncias de decisão em que seus interesses sejam objeto de discussão e deliberação."

A regulamentação do Regime de Previdência Complementar dispõe de mudanças gradativas, a fim de assegurar aos seus associados toda a segurança no que se refere ao funcionamento, fiscalização e normatização das entidades abertas e fechadas de previdência complementar. Por fim, de modo a aprimorar o funcionamento das entidades, surgiu a necessidade de criarem-se as leis complementares nº 108, de 29 de maio de 2001, referida no inciso primeiro, e nº 109, de 29 de maio de 2001, referida nos incisos quarto ao sexto do Art. 202 da CF/88, conforme será apresentada na seção abaixo.

4.2 LEGISLAÇÃO ATUAL

Com os avanços da Reforma da Previdência Social, nova redação do art. 201 da CF de 1988, mercados financeiros e tecnológicos, observou-se que a lei 6.435/1977 e seus decretos precisaram passar por algumas modificações, e houve a necessidade de aperfeiçoar o embasamento jurídico e ampliar seus regramentos a fim de acompanhar todo este crescimento mercadológico. A Lei 6.435/77 foi revogada e tão logo substituída pelas Leis Complementares Nº 109, de 29 de maio de 2001, a qual dispõe sobre o Regime de Previdência Complementar, trouxe aspectos muito relevantes como: a figura do instituidor; a portabilidade; tornou facultativa a utilização

de corretores na venda dos planos de benefícios nas entidades abertas, para assegurar compromissos assumidos junto aos participantes e assistidos de planos de benefícios; as entidades de previdência complementar poderão contratar operações de resseguro, por iniciativa própria ou por determinação do órgão regulador e fiscalizador, observados o regulamento do respectivo plano e demais disposições legais e regulamentares entre outras mudanças.

Para melhor entendimento, os Instituidores são pessoas jurídicas, classista ou setorial, tais como as federações, sindicatos, algumas associações entre outros que formam as Entidades Fechadas de Previdência Complementar ou que estabelecem planos aos seus associados. Já a portabilidade permite realizar a transferência de um plano para outro ou até mesmo “migrar” o seu plano para outra instituição financeira, aplicando-se tanto para entidades abertas quanto para as fechadas.

A Lei Complementar Nº 109, de 29 de maio de 2001, está estruturada da seguinte forma:

- **Capítulo I – Introdução (arts. 1º a 5º)**

Neste capítulo, introduz que o regime privado é de caráter complementar, organizado de forma autônoma em relação ao regime geral, e seu objetivo principal é instituir e executar os planos. O Estado terá o papel de formular políticas públicas, disciplinar, fiscalizar, aplicar penalidades e coordenar e supervisionar as atividades, determinar padrões mínimos de segurança econômica, proteger os interesses do participante. Ainda explica que as entidades de previdência complementar são classificadas como abertas e fechadas e que toda as normas, supervisão fiscalização e controle são realizados pelos órgãos reguladores e fiscalizadores.

- **Capítulo II – Dos Planos de Benefícios (arts. 6º a 30º)**

- Seção I – Disposições Comuns (arts. 6º a 11º):

Salienta que as entidades poderão instituir e operar planos de benefício somente com autorização, informa que os planos de benefícios serão organizados por modalidades (BD, CV e CD), contratação de resseguros por iniciativa própria ou por determinação do órgão regulador.

Sessão II – Dos Planos de Benefícios de Entidades Fechadas (arts. 12º a 25º):

Os planos de benefícios poderão ser instituídos por patrocinadores e instituidores e deverão observar as normas estabelecidas pelo órgão regulador e fiscalizador, direito à portabilidade, resgate, não sendo possível a portabilidade na existência de cessação do vínculo empregatício. Os planos de benefícios devem ser, obrigatoriamente, ofertados a todos os empregados dos patrocinados ou associados dos instituidores, é facultativa a adesão ao plano entre outras.

Seção III – Dos Planos de Benefícios de Entidades Abertas (arts. 26º a 30º):

Os planos de entidades abertas podem ser individuais, voltados para pessoas físicas, e coletivos, vinculados direta ou indiretamente a uma pessoa jurídica contratante, sendo facultativa a utilização de corretores na venda dos planos de benefícios das entidades abertas, entre outros.

- **Capítulo III – Das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (arts. 31º a 35º)**

As entidades fechadas têm como objetivo administrar e executar os planos de benefícios de natureza previdenciária. É vedada às entidades fechadas a prestação de quaisquer serviços que não estejam no âmbito do seu objetivo. As entidades podem ser classificadas de acordo com os planos que administram e de acordo com seus patrocinadores ou instituidores.

- **Capítulo IV – Das Entidades Abertas de Previdência Complementar (arts. 36º a 40º)**

As entidades abertas são constituídas na forma de sociedade anônima, tendo como objetivo instituir e operar planos de benefício de caráter previdenciário concedido em forma de renda continuada ou pagamento único, acessível para qualquer pessoa física.

- **Capítulo V – Da Fiscalização (arts. 41º a 43º)**

Os órgãos fiscalizadores terão livre acesso nas entidades, podendo requisitar e realizar a apreensão de documentos, livros, notas técnicas, entre outros. Tanto as pessoas físicas como as jurídicas ficam obrigadas a prestar quaisquer esclarecimentos

solicitados pelo órgão regulador e fiscalizador. Em relação às entidades abertas, desde que previsto no artigo 44 desta lei, poderá nomear, por prazo determinado, um diretor-fiscal sem poderes de gestão, que terá suas funções estabelecidas pelos órgãos competentes e seguirá as normas estabelecidas.

- **Capítulo VI – Da Intervenção e da Liquidação Extrajudicial (arts. 44º a 62º)**

Seção I – Da Intervenção (art. 44º a 46º):

Caso ocorra alguma irregularidade em relação aos direitos dos participantes, poderá ser decretada a intervenção na entidade de previdência complementar, nos casos de irregularidade nos descumprimentos das obrigações dos planos, nas situações econômicas-financeiras insuficientes. A intervenção ocorrerá pelo prazo necessário, até que se possa analisar a situação das entidades e seus planos.

Seção II – Da Liquidação Extrajudicial (arts. 47º a 53º):

A liquidação extrajudicial dar-se-á quando for percebida a invalidade da recuperação da entidade de previdência complementar. Com a liquidação extrajudicial, ocorrerão os seguintes efeitos: levará a suspensão das ações e execuções sobre o direito e interesses em relação a entidades, entre outras providências tomadas.

Seção III – Disposições Especiais (arts. 54 a 62º):

O interventor terá poderes de administração e representação. É de competência dos órgãos fiscalizadores aprovar, decretar e rever atos dentro dos arts 45, 46 e 48 da lei complementar 109/2001. Em caso de falência ou liquidação dos patrocinadores, terão seus privilégios respeitados. Poderão ser penalizadas as entidades fechadas de previdência complementar caso não ocorram os aportes de contribuição aos patrocinadores ou caso não ocorra o recolhimento das contribuições dos participantes. A abertura de inquéritos será instaurada pelo órgão regulador e fiscalizador.

- **Capítulo VII – Do Regime Disciplinar (arts. 63º a 67º)**

Os administradores, procuradores, membros do conselho, interventor e liquidante responderão civilmente caso ocorram danos e prejuízos ocasionados por

omissão. As infrações serão apuradas mediante a abertura de um processo administrativo. Caso ocorra o exercício das entidades de previdência complementar por pessoas físicas e jurídicas sem autorização devida dos órgãos competentes, como a comercialização de planos, será aplicada a pena de dois a dez anos.

• **Capítulo VIII – Disposições Gerais – (arts. 68º a 79º)**

As entidades de previdência complementar não poderão realizar operações comerciais com seus administradores, cônjuges e parentes de até 2º grau, com empresas que possuem pessoas conhecidas, entre outras definições previstas.

O Quadro 1 sintetiza as legislações acerca da previdência complementar no Brasil.

Quadro 1 - Resumo sobre as Legislações acerca de Previdência Complementar no Brasil

LEI	DESCRIÇÃO
Lei 6.435/1977	Dispõem sobre as entidades de previdência privada.
Decreto 81.240/1978	Regulamenta a Previdência Complementar Fechada
Decreto 81.402/1978	Regulamenta a Previdência Complementar Aberta
Emenda Constitucional Nº 20, de 1998	Modifica o sistema de previdência social, estabelece normas de transição e dá outras providências.
Constituição Federal de 1988 – Artigo 202	O regime de previdência privada, de caráter complementar e organizado de forma autônoma em relação ao regime geral de previdência social, será facultativo, baseado na constituição de reservas que garantam o benefício contratado, e regulado por lei complementar.
Lei Complementar 108 de 2001	Dispõe sobre a relação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, suas autarquias, fundações, sociedades de economia mista e outras entidades públicas e suas respectivas entidades fechadas de previdência complementar, e dá outras providências.
Lei Complementar 109 de 2001	Dispõe sobre o Regime de Previdência Complementar e dá outras providências.

Fonte: elaborado pela autora.

Em resumo, pode-se perceber que há, no país, um arcabouço jurídico que contempla de forma clara o funcionamento e responsabilidades das entidades abertas e fechadas, bem como a sua regulamentação e fiscalização.

5 COMPARAÇÃO DOS PLANOS PRECAVER E BRADESCO

Neste capítulo serão apresentados o plano de previdência complementar fechada vinculado à Cooperativa de Crédito Unicred e o plano de previdência complementar aberta da instituição financeira Santander, suas características para funcionamento e os diferentes perfis de investimentos.

5.1 QUANTA PREVIDÊNCIA

A Quanta Previdência nasceu da necessidade da Unicred, cooperativa de crédito, de ter um plano de previdência exclusivo para seus associados. Ela só surgiu porque a Unicred não poderia criar dentro no seu CNPJ um plano de previdência complementar e, por este motivo, foi criado o Plano Quanta Previdência Unicred (QUANTA PREVIDÊNCIA, [201-?a]).

A Unicred trabalha com o modelo instituído fechado de previdência complementar, sendo que as pessoas que desejam aderir a este plano precisam ser associadas à cooperativa e, por isso, caracteriza-se como um plano fechado de previdência complementar. O sistema de cooperativa Unicred poderia trabalhar em cima de um plano pronto, como, por exemplo, o plano de previdência complementar do Banco do Brasil, certamente o banco teria grande interesse em trabalhar com a massa de em torno de duzentos mil cooperados visando um lucro muito relevante. Contudo, a Unicred, junto à administradora de planos Quanta Previdência, decidiu fazer um plano exclusivo, porque não estaria dentro dos princípios cooperativistas trazer uma entidade com fins lucrativos para dentro do sistema.

Pensando no cooperado, em 24 de novembro de 2004 foi lançado o Plano Quanta Previdência, regido pela Lei nº 109/2001, com o objetivo de administrar os planos de previdência complementar fechado, sem fins lucrativos, dentro dos princípios cooperativistas para os associados da Unicred. Com esta ideia, nasce o Precaver, o plano exclusivo para os associados da Unicred, com adesão facultativa de todos os cooperados que desejam adquirir o plano (QUANTA PREVIDÊNCIA, [201-?a]).

Em 2018, foi aprovado o plano Precaver Corporativo, que é direcionado e exclusivo para empresas associadas ao Sistema Unicred, sendo que essas empresas

podem oferecer aos seus funcionários a oportunidade de aderir a um plano de previdência complementar fechado.

A Quanta Previdência possui planos para diferentes perfis de investidores, fazendo com que as contribuições sejam adequadas conforme a necessidade de cada associado, pois acredita que, com transparência e educação, as pessoas conseguem planejar no seu presente um futuro melhor.

5.1.1 Plano Precaver – Unicred

Os dados apresentados a seguir com as características do plano de previdência fechada Precaver foram extraídos do site da Quanta Previdência ([201-?b]).

O Plano Precaver é constituído por contribuições definidas com valor mínimo de R\$ 50,00, cujo pagamento ocorre mensalmente, sendo que o participante pode também optar por realizar aportes, como, por exemplo, se sobrou um dinheiro no mês e gostaria de colocar na previdência privada, isso se chama aporte, são valores que são inseridos além do valor pré-estabelecido no plano de previdência complementar. Estes aportes ou troca de perfis podem ocorrer até três vezes ao ano nos meses de fevereiro, junho e outubro.

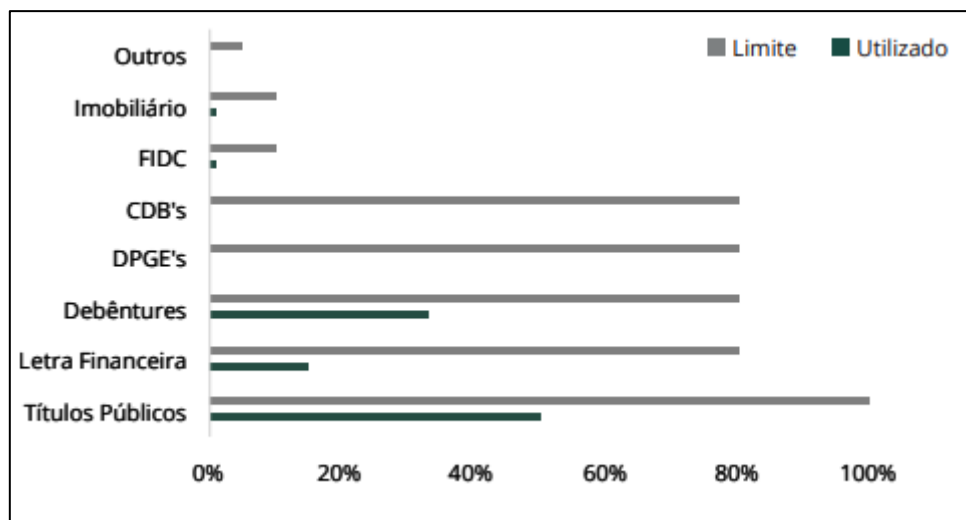
Uma vantagem deste plano é o benefício a mais que a Unicred oferece a seus associados: a cooperativa de crédito, ao realizar a contratação do plano, a Unicred adiciona mensalmente o mesmo valor pago de contribuição pelo associado, ou seja, duplicando o valor investido mensalmente.

O Precaver não possui taxa de carregamento, que é aquela cobrada em cima do valor de cada contribuição e aporte e que serve para cobrir despesas referente aos serviços prestados pelas empresas que administram os planos. O plano realiza a cobrança de uma taxa de 0,5% ao ano, que se refere à administração do plano.

Os depósitos ocorrem em contas individuais e são investidos no mercado financeiro com o intuito de fazer com que este valor tenha um rendimento adequado conforme perfil de investidor, garantindo que ocorra o repasse do saldo aos beneficiários do plano. Os perfis de investimentos permitem a todo participante escolher a opção mais adequada para realizar os investimentos de previdência complementar de acordo com os gostos e características dos riscos. A Quanta Previdência divide em três perfis de investimento, conforme explicado a seguir.

1. **Perfil Renda Fixa:** É um perfil mais conservador, destinado a investidores que preferem manter a segurança de suas aplicações. A Figura 9 apresenta de que forma ocorrem os investimentos financeiros dentro deste perfil.

Figura 8 - Enquadramento dos Limites de Alocação por Ativos Aplicados para o Perfil Renda Fixa

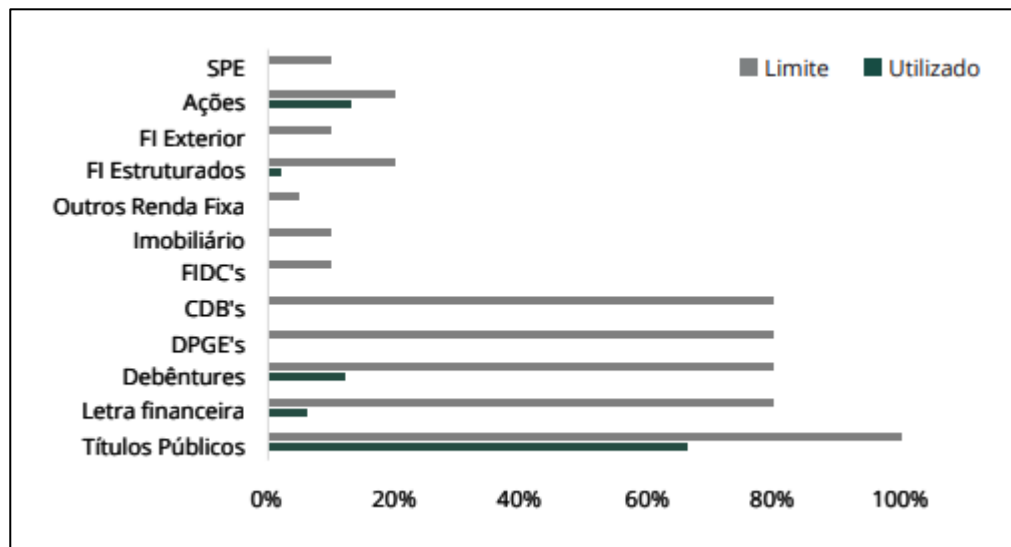


Fonte: Precaver (2019a).

Da Figura 9, percebe-se que, para este perfil, o Precaver realiza investimentos significativos em títulos públicos (um pouco mais de 50%), seguidos de investimentos em debêntures (aproximadamente 30%) e de letra financeira (aproximadamente 15%) e, em menor quantidade, investimentos imobiliários e FIDC (fundos de investimentos em direitos creditórios).

2. **Perfil Quanta:** É um perfil moderado, este investidor está entre o conservador e o agressivo. É um perfil que prefere segurança, mas também gosta de arriscar um pouco quando acha necessário. A Figura 10 apresenta de que forma ocorrem os investimentos financeiros para este perfil de previdência complementar.

Figura 9 - Enquadramento dos Limites de Alocação por Ativos Aplicados para o Perfil Quanta

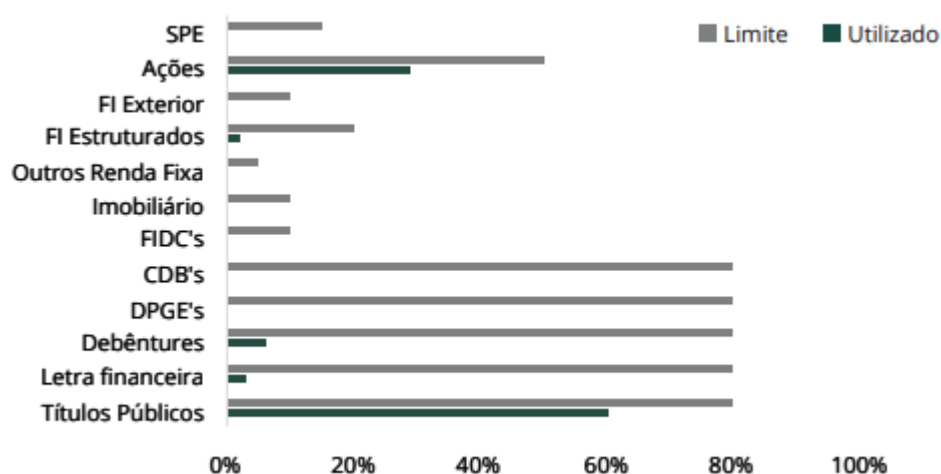


Fonte: Precaver (2019b)

A partir da Figura 10, analisa-se que, para este perfil, o Precaver investe predominantemente (quase 70%) em títulos públicos, seguido de investimentos em ações (cerca de 15%), em debêntures (aproximadamente 10%), letra financeira (menos de 10%) e um pequeno percentual (menos de 5%) em FI estruturados (fundos de investimentos estruturados).

3. **Perfil Renda Variável:** É um perfil mais arrojado, para investidores que podem e gostam de aplicar em investimentos com um risco maior. A Figura 11 apresenta de que forma ocorrem os investimentos financeiros deste perfil.

Figura 10 - Enquadramento dos Limites de Alocação por Ativos Aplicados para o Perfil Renda Variável



Fonte: Precaver (2019c).

A partir da Figura 11, observam-se os investimentos mais utilizados para o perfil de renda variável: cerca de 60% dos valores são aplicados em títulos públicos, aproximadamente 30% em ações, menos de 10% em debêntures, menos de 5% em letra financeira e em fundos de investimentos estruturados.

Em todos os três perfis de investimento disponíveis no plano Precaver, percebem-se aplicações preponderantes em títulos públicos e, em menor quantidade, em debêntures, sendo que o risco considerado nesses investimentos é de baixo a médio.

Cada instituição fechada de previdência complementar escolhe com qual modelagem irá trabalhar, se será benefício definido (BD), contribuição definida (CD) ou contribuição variável (CV). O plano precaver da Unicred trabalha com a modalidade contribuições definidas (CD), segundo a qual o valor do benefício é estabelecido no momento em que for efetivada a adesão ao plano.

O Precaver, plano de previdência complementar fechado, segundo pesquisa da ABRAPP/SINDAPP (Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar/Sindicato Nacional das Entidades Fechadas de Previdência Complementar) (maio 2019), está na 9ª posição dentro ranking dos 15 maiores planos de previdência complementar oferecidos para funcionários e associados, com investimentos de R\$ 2.956.570,00, conforme Tabela 2.

Tabela 2 - Ranking dos 15 maiores planos

	Nome do Plano	EFPC	Investimentos (R\$ mil)
1	PLANO ITAUBANCO CD	FUNDAÇÃO ITAÚ UNIBANCO	10.602.413
2	PLANO DE BENEFÍCIOS VISÃO	VISÃO PREV	5.434.851
3	IBM - CD	FUNDAÇÃO IBM	4.443.774
4	PLANO DE APOS.SANTANDERPREVI	SANTANDERPREVI	3.909.611
5	PLANO	ODEBRECHT PREVIDÊNCIA	3.293.126
6	PLANO CD GERDAU	GERDAU PREVIDÊNCIA	3.229.920
7	CEEEPREV	ELETROCEEE	3.186.022
8	EMBRAER PREV	EMBRAER PREV	3.078.096
9	PLANO PRECAVER	QUANTA - PREVIDÊNCIA	2.956.570
10	01-B	PREVINORTE	2.929.995
11	VIVAPREV	FUNDAÇÃO VIVA DE PREVIDÊNCIA	2.864.911
12	PAI-CD	FUNDAÇÃO ITAÚSA	2.735.274
13	PLANO DE APOSENTADORIA	UNILEVERPREV	2.531.492
14	PREVDOW	PREVDOW	2.283.359
15	CD ELETROBRÁS	ELETROS	1.964.472

Fonte: ABRAPP/SINDAPP (maio/2019)

5.1.2 Fases do Plano

O Precaver possui dois momentos: o primeiro é a fase de contribuição, durante o qual o associado realiza as aplicações durante sua vida ativa de trabalho, e o segundo momento é a fase do recebimento, que é quando o contratante recebe o benefício após sua vida laboral, quando se aposentar.

Na fase de contribuição, podem ser feitos aportes, pode-se também alterar o valor da contribuição a qualquer momento, trazer o saldo de outras instituições para o Precaver, contratar as coberturas de risco, realizar contribuições mensais a partir de R\$ 50,00, alterar o benefício do plano, alterar o perfil de investimento até três vezes no ano e realizar o resgate total ou parcial com dedução do imposto de renda.

Já durante a fase de recebimento, podem ser realizados aportes, alterar anualmente a forma de como deseja receber a renda e sacar até 25% do valor acumulado e o restante poderá ser optado pela forma de como deseja receber.

Tanto na fase de contribuição quando na fase de recebimento, o plano Precaver permite que sejam realizadas diversas alterações, que vai desde aportes como as formas que deseja receber o benefício.

5.2 SANTANDER

O Santander é uma instituição financeira que existe desde 1982, sendo o terceiro maior banco do país, possuindo diversas agências pelo Brasil. O Santander Brasil é dividido em dois grandes pilares: o segmento comercial, que é composto por todo o segmento varejista, com a realização do atendimento de pessoas físicas bem como pessoas jurídicas com empresas de médio e pequeno porte; já o segmento atacado é direcionado para empresas de grande porte e operações que são realizadas no mercado de capitais (SANTANDER, [201-?a]).

Dentro do catálogo de serviços disponibilizados, o banco oferece aos seus clientes o plano de previdência privada aberta, junto ao qual qualquer indivíduo que deseja realizar sua previdência complementar poderá adquirir a contratação do plano, sendo necessário dirigir-se a alguma agência do Banco Santander.

5.2.1 Previdência Privada Santander

Os dados apresentados a seguir com as características do plano de previdência aberta Santander foram extraídos do site do banco (SANTANDER, [201-?b]).

A previdência privada do Santander não possui taxa de carregamento, sendo cobrada apenas a taxa de 1% ao ano que se refere à administração do plano. Para aderir ao plano de previdência complementar do Santander é necessário ter uma contribuição no valor mínimo de R\$ 30,00 mensais, podendo ser ajustado conforme o necessário.

Dentro do plano de previdência complementar, a instituição financeira trabalha com dois tipos: PGBL e VGBL.

O PGBL (Plano Gerador de Benéficos Livres) é um plano que dá a oportunidade de diminuir a tributação, ou seja, todo o valor que é recebido durante o ano fiscal vigente, pode ser deduzido, pode ser aplicado até 12% em aplicações de previdência. Por exemplo, se recebe um rendimento no ano fiscal de R\$ 100.000,00 poderá ser aplicado o valor de R\$ 12.000,00, podendo ser aplicado de uma vez ou mensalmente durante o ano, tendo a possibilidade de abater este valor de R\$ 12.000,00, fazendo com que sua base de cálculo seja menor e consequentemente tendo uma restituição

maior. Este plano serve, para investidores que desejam deixar o dinheiro a longo prazo, no mínimo 10 anos.

O VGBL (Vida Gerador de Benefício Livre), o imposto é pago em cima do lucro obtido e não sobre o valor aplicado, por exemplo, aplicou um valor de R\$ 20.000,00 e gerou um lucro a mais de R\$ 500,00, o imposto é pago sobre os R\$ 500,00. Este plano é indicado para investidores que não possuem um grande valor para aplicar ou se não for assalariado e têm rendimentos baixos, tendo o benefício de não fazer o imposto de renda completo e, sim, o simplificado.

O benefício da aplicação poderá ser interrompido a qualquer momento, sem acarretar prejuízos ao investidor, mas o interessante é manter a organização financeira e realizar os investimentos mensalmente, efetuando também os aportes quando tiver um dinheiro extra, fazendo com que o objetivo financeiro pessoal seja alcançado o mais rápido possível. O investidor poderá optar por realizar a retirada do valor aplicado antes do prazo, porém irá incidir imposto de renda no momento da retirada da aplicação.

Cada modelo apresentando de previdência complementar aberto é indicado para determinados tipos de investidores, podendo ocasionar pagamento de imposto indevidos se optar pelo plano errado.

No próximo subcapítulo apresentam-se diferenças identificadas entre os planos de previdência complementar aberto e fechado analisados.

5.3 DIFERENÇAS ENTRE OS PLANOS FECHADO E ABERTO ANALISADOS

Além da diferença clara sobre quem pode ou não contratar os planos analisados, dadas as características descritas anteriormente, pode-se analisar que o plano de previdência complementar fechado Precaver, é mais vantajoso em relação ao plano aberto Santander por ter uma taxa de administração de 0,5 % ao ano comparando-se à taxa de 1,0% ao ano do banco.

Outro ponto a ser diferenciado é que no plano de previdência complementar fechado Precaver, a Unicred acrescenta um valor a mais do que já é pago pelo colaborador. Por exemplo, para uma contribuição de R\$ 50,00 por mês por parte do contratante, a cooperativa de crédito coloca mais R\$ 50,00, ficando um saldo de R\$ 100,00 ao mês na previdência complementar.

Contudo, há o risco maior de previdências complementares fechadas quebrarem por má administração dos investimentos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como principal objetivo analisar planos de previdência complementar aberta e fechada no Brasil, para o que se buscou compreender seu funcionamento, legislação e características. Para atender a esse objetivo, buscou-se organizar uma pesquisa qualitativa de natureza exploratória, com base em pesquisa bibliográfica e documental.

Verificou-se que no Brasil existem dois segmentos de previdência complementar: os planos abertos e fechados. A diferença entre eles é que o plano aberto é passível de contratação por qualquer pessoa que deseja obter o plano, podendo ser contratado em qualquer instituição financeira, já o plano fechado é exclusivo para associados e funcionários de determinada organização.

Fato interessante observado a partir da análise de dados documentais é que mais mulheres aderem a planos de previdência complementar aberta e mais homens aderem a planos de previdência complementar fechada. Ainda, embora tenha havido um decréscimo de entidades diferentes que ofertam os planos de previdência complementar nos últimos anos, constata-se um crescimento constante de novos contratos/maior população que adere à previdência complementar.

Para o segmento aberto de previdência complementar foi utilizado como ilustração o plano da instituição financeira Santander; já para exemplificar um plano fechado de previdência complementar, descreveu-se o plano da Cooperativa de Crédito Unicred – Precaver. Apesar de poucas informações encontradas em relação ao plano de previdência complementar aberta do Santander, esta pesquisa trouxe características gerais e um panorama de como funciona um plano de previdência complementar desse tipo.

Em relação aos planos analisados, o Precaver tem uma taxa de administração menor e ainda adiciona o mesmo valor que o contratante contribuir, duplicando o valor investido mensalmente, se obtendo um montante maior e consequentemente fazendo com que o valor arrecadado para aposentadoria seja alcançado em um tempo menor.

Por tratar-se de tema complexo e que envolve planos futuros e investimentos financeiros, entendeu-se como pertinente e relevante resgatar a legislação que trata sobre previdência complementar. A primeira legislação data do final da década de 1970 e a legislação mais recente é de 2001, já tendo 18 anos de exigibilidade.

Como limitações na elaboração deste trabalho, pode-se mencionar uma dificuldade em encontrar livros referente ao conteúdo previdência complementar, como auxílio para a elaboração do embasamento teórico, e também de dados disponíveis mais especificamente acerca dos planos de previdência complementar abertos.

Considerando-se também que a presente pesquisa teve natureza exploratória, pode-se sugerir para pesquisas futuras estudos que sejam descritivos e façam uma análise dos indicadores financeiros como forma de apresentar e contrastar planos abertos ou fechados, verificando-se qual é mais vantajoso, conforme os perfis de investidores.

A partir da realização deste trabalho, considera-se a importância da criação de políticas públicas que tratem sobre educação financeira para a população em geral e que se incentive a preocupação com a aposentadoria a fim de garantir-se um futuro adequado, podendo-se considerar entre os investimentos os planos de previdência privada.

REFERÊNCIAS

ABRAPP/SINDAPP - Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar/Sindicato Nacional das Entidades Fechadas de Previdência Complementar. **Consolidado Estatístico**. Maio 2019.

BBC NEWS Brasil. Pela 1º vez, mundo tem mais avós do que netos. **Revista Época Negócios**. 03 abr. 2019. Disponível em: <<https://epocanegocios.globo.com/Mundo/noticia/2019/04/pela-1-vez-mundo-tem-mais-avos-do-que-netos.html>>. Acesso em: 15 maio. 2019.

BRASIL. Ministério da Economia, SUSEP – Superintendência de Seguros Privados. **Apresentação**. s/a. Disponível em: < <http://www.susep.gov.br/menu/a-susep/apresentacao>>. Acesso em: 05 maio 2019.

BRASIL. Lei nº 108, de 29 de maio de 2001A. Dispõe sobre a relação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, suas autarquias, fundações, sociedades de economia mista e outras entidades públicas e suas respectivas entidades fechadas de previdência complementar, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 15 dez. 2001.

BRASIL. Lei nº 109, de 29 de maio de 2001B. Lei de Previdência Complementar. Dispõe sobre o regime de Previdência Complementar e das outras Providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 15 dez. 2001.

BRASIL. Ministério da Economia. Secretaria de Previdência. **Previdência Social**. 05 ago. 2015. Disponível em: < <http://www.previdencia.gov.br/perguntas-frequentes/previdencia-social/>>. Acesso em: 05 maio 2019.

BRASIL. Ministério da Economia. Secretaria Especial de Previdência e Trabalho. **Relatório Gerencial de Previdência Complementar**. Maio 2019.

BRASILPREV. ABC da previdência. In: **BrasilPrev em Cartilha**. 2018. Disponível em: <http://www.abcbrazilprev.com.br/wp-content/uploads/2018/04/Brasilprev_Cartilha.pdf>. Acesso em: 09 jun. 2019.

CERVO, A. L; BERVIAN, A. **Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

CERVO, Amado Luis; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia científica**: para uso dos estudantes universitários. 3. ed. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1983.

CHIAVENATO, I. **Remuneração, Benefícios e Relações de Trabalho**. 6. ed: São Paulo: Manole, 2009.

FONSECA, J. J. S. D. **Metodologia da Pesquisa Científica**. Ceará: UECE, 2002.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LAPORTA, T. Entenda como funciona a Previdência e as regras que estão em jogo. **G1**, 16 fev. 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/02/16/entenda-como-funciona-a-previdencia-e-as-regras-que-estao-em-jogo.ghtml>>. Acesso em: 03 jun. 2019.

LEWGOY, Júlia. Os riscos por trás do plano de previdência da sua empresa. **Exame**. 13 abr. 2016. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/seu-dinheiro/os-riscos-por-tras-do-plano-de-previdencia-da-sua-empresa/>>. Acesso em: 24 nov. 2019.

NOVAES FILHO, Wladimir (org.). **Lei Básica da Previdência Complementar**. São Paulo: LTr, 2001.

PARMAIS. **Planos de previdência fechada, como funcionam?**. 28 set. 2018. Disponível em: <<https://www.parmais.com.br/blog/planos-de-previdencia-fechada/>>. Acesso em: 24 nov. 2019.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso**. Campinas: UNICAMP, 1988.

PRECAVER – Precaver Previdência Unicred. **Lâmina de Investimento**: perfil renda fixa. Out. 2019a.

PRECAVER – Precaver Previdência Unicred. **Lâmina de Investimento**: perfil Quanta. Out. 2019b.

PRECAVER – Precaver Previdência Unicred. **Lâmina de Investimento**: perfil renda variável. Out. 2019c.

QUANTA PREVIDÊNCIA. **Nós somos a Quanta**. [201-?a]. Disponível em: <<https://www.quantaprevidencia.com.br/home/quem-somos>>. Acesso em: 11 nov. 2019.

QUANTA PREVIDÊNCIA. **Precaver Previdência Unicred**. [201-?b]. Disponível em: <<https://www.quantaprevidencia.com.br/home/precaver>>. Acesso em: 11 nov. 2019.

SANTANDER. **Investimentos para você**. [201-?a]. Disponível em: <<https://www.santander.com.br/investimentos-e-previdencia>>. Acesso em: 21 nov. 2019.

SANTANDER. **Santander no Brasil**. [201-?b]. Disponível em: <<https://www.santander.com.br/institucional-santander/santander-no-brasil>>. Acesso em: 21 nov. 2019.

SANTANDER. **Previdência**. [201-?c]. Disponível em: <<https://www.santander.com.br/investimentos-e-previdencia/aposentadoria/pgbl-e-vgbl>>. Acesso em: 21 nov. 2019.

SANTANDER. **Faça já uma simulação e traga sua previdência para o Santander.** [201-?d]. Disponível em: <<https://www.santander.com.br/hotsite/previdencia/#/>>. Acesso em: 24 nov. 2019.

SECRETÁRIA DE PREVIDÊNCIA DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA. **Previdência Complementar.** 2019. Disponível em: <<http://www.previdencia.gov.br/a-previdencia/previdencia-complementar/>>. Acesso em: 25 abril. 2019.

SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR. **Sobre o setor.** [20-?]. Disponível em: <http://www.previc.gov.br/aceso-a-informacao/institucional/copy_of_a-previc-1>. Acesso em: 24 abril. 2019.

SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR. **Como é organizada a Previdência Social?** 2015. Disponível em: <<http://www.previdencia.gov.br/perguntas-frequentes/previdencia-social/>>. Acesso em: 13 jun. 2019.

VOLTAIRE, M. G. **Previdência Privada:** Legislação e Normas. 1. ed. Porto Alegre: Síntese Ltda, 1979.